



Embaixadora Maria de Lurdes Pintassilgo ao EXPRESSO:

“Portugal não está a aproveitar as possibilidades que a UNESCO lhe oferece”

MEMBRO dos III e IV Governos Provisórios e embaixadora de Portugal junto da UNESCO, a eng.^a Maria de Lurdes Pintassilgo regressou no princípio da semana de Nairobi, onde chefiou a delegação portuguesa à 19.^a sessão da Conferência Geral da organização das Nações Unidas para a cultura. Questões relativas à participação portuguesa, à contribuição da nossa delegação para os debates em curso e às perspectivas futuras de cooperação da UNESCO com o processo económico e cultural de desenvolvimento português são abordadas, na entrevista seguinte, pela embaixadora Maria de Lurdes Pintassilgo, que faz também o processo da presença portuguesa na organização. — A.M.F.

MARIA DE LURDES PINTASSILGO — Se quiser qualificar a participação portuguesa na reunião de Nairobi, direi que foi positiva. Em princípio, vemos a UNESCO como uma plataforma cultural muito importante, onde poderemos afirmar a nossa identidade cultural e, através dessa afirmação, contribuir para o enriquecimento de culturas e para a definição de um novo esquema de relações entre as nações e para uma nova solidariedade internacional. Nesta perspectiva, a intervenção da delegação portuguesa caracterizou-se pela ênfase e pelo desejo de restituir à UNESCO o seu carácter de plataforma cultural.

EXPRESSO — Em que sentido é que essa ênfase se afirmou?

M. L. P. — É evidente que, quando falo em ênfase, não pretendo dizer que tenhamos sido politicamente assepsias, mas que procurámos um certo rigor e

equilíbrio, numa tentativa de escapar a qualquer tipo de fechamento de portas precedendo das ou irreversível. Por outro lado, pensamos que, por muito que os projectos ou os debates de natureza científica, tecnológica ou cultural sejam afectados por um coeficiente político, eles possuem uma lógica própria. Por exemplo, no que se refere à UNESCO, o que é a questão científica? Para além de todos os organismos que se dedicam à problemática científica, existe o problema fundamental da transferência da ciência e da tecnologia. Ora, nas sociedades contemporâneas (nomeadamente nas sociedades pós-industriais), verificamos que as aquisições, inovações, descobertas neste domínio, determinadas pela lei do crescimento económico, implicam também uma diminuição dos recursos naturais para toda a Humanidade e o aumento do fosso entre os países industrializados e os não-industrializados, entre os ricos e os pobres.

Uma nova ordem cultural

EXP. — O que acaba de dizer parece relacionar-se com a tendência actualmente dominante, ao nível das organizações internacionais, desde a ONU até ao Banco Mundial, no sentido da definição daquilo a que se chama “uma nova ordem económica internacional”. Nesta perspectiva, pensa que esta sessão da Conferência Geral avançou alguma coisa?

M. L. P. — Penso que sim. Aliás, já há dois anos a UNESCO afirmam o seu desejo de contribuir para essa nova ordem económica, sublinhando, nomeadamente, que não haverá uma nova ordem económica se não houver uma nova ordem social. Ora na sessão deste ano foi-se mais longe, por exemplo, defendendo-se que a existência de uma nova ordem cultural internacional. Com esta expressão, pretende-se afirmar o respeito da identidade cultural de cada povo, num sentido que não se restringe ao respeito pelo folclore, mas que incide sobre a capacidade de cada povo seguir o seu próprio modelo de desenvolvimento, tomando nas suas mãos a definição do seu próprio destino, redefinindo e reorientando o sentido a imprimir ao seu desenvolvimento tecnológico. Por outro lado, a expressão refere-se à instituição de um novo tipo de relações entre os povos, atendendo, precisamente, à especificidade das suas condições e identidade. Ao nível da UNESCO, creio que a organização deveria sentir, nesta perspectiva, como uma espécie de corpo pensante, no qual se fossem sistematizando os grandes movimentos sociais e socio-culturais contemporâneos, tentando a interpretação desses fenómenos, para nos encontrarmos em condições de dizer o que vai ser a sociedade de amanhã.

Foi exactamente nesse sentido que a delegação portuguesa introduziu, no texto inicial da declara-

ção sobre o assunto, uma emenda, que veio a ser aprovada, na medida em que nos parecia que não faz sentido restringir a actividade da organização ao plano económico, mas, antes, que é necessária uma reflexão constante sobre, por exemplo, os problemas da mulher, da juventude, o diálogo Norte-Sul, etc.

EXP. — Mas parece-lhe que, no estado actual das organizações internacionais, esse tipo de reflexão estrutural, à escala planetária, é possível?

M. L. P. — Bom, no que se refere às organizações internacionais, e a UNESCO não escapa a regra, creio que existe uma proliferação de máquinas e papéis, que tendem a transformá-las em aparelhos rotineiros e repetitivos.

EXP. — Disso mesmo se queixava, recentemente, o secretário-geral da ONU, Kurt Waldheim.

M. L. P. — Exactamente por isso, uma das linhas da acção portuguesa foi aquilo a que posso chamar a desconexidade, o não em causa tudo o que está estabelecido não por qualquer verificação de legitimidade, mas porque pensamos que é necessário renovar estruturas e adoptar novos procedimentos. Mas sem dúvida que essa capacidade de renovação tem limites, de de natureza política, e creio que a possibilidade de renovação estrutural passa pela disposição dos Estados, em entretanto, por exemplo, a questão da renovação da linguagem burocrática, diluída pela Organização, muitas vezes inadequada em relação ao que se está a passar no mundo. É claro que uma das realidades que temos de reconhecer é a existência, nestas organizações, de duplos padrões de comportamento: os países críticos nos outros aquilo que praticam sem qualquer problema. A minha ideia — que é também a do director-geral, M'bow — é a de que a UNESCO devia ser quase como uma consciência ética, moral, de todo o sistema da ONU.

O poder das mass media

EXP. — Isso sugere-me a questão surgida com o projecto de declaração sobre os meios de informação, subscrito pela URSS.

M. L. P. — Em relação a esse ponto concreto, que aliás foi muito divulgado nos países ocidentais, devo salientar que, embora o primeiro projecto tenha efectivamente sido apresentado pela URSS e outros países da Europa de Leste, a verdade é que o documento, através dos trâmites regulamentares (inclusive admitido por maioria) passou a ser um projecto adoptado para discussão, pela UNESCO. Mas, para além disto, o projecto partia, de facto, da institucionalização de uma série de deveres do Estado, de forma a prevenir que os meios de informação pudessem contribuir para a propaganda ou difusão de ideias bélicas, racistas ou de natureza semelhante. A posição oposta, defendida por numerosos países, rejeitava em bloco o pressuposto intervencionista do projecto, preconizando a total liberdade de informação e difusão

de ideias. A posição portuguesa, que acabaria por se revelar decisiva, foi diferente: o texto do projecto é essencialmente moralista, na medida em que prega um certo número de normas de conduta aos profissionais da informação, um pouco à maneira da legislação provocada pela Revolução industrial, que visava corrigir os "excessos" do capitalismo nascente. A realidade é que os órgãos de informação são, hoje, um novo poder, independentemente da sua capacidade de manipular, ao nível consciente, a consciência dos cidadãos. A actuação dos mass media processa-se ao nível do inconsciente, condicionando o comportamento e a cultura, de forma que qualquer semelhança entre a nossa concepção do mundo e a que tiveram os nossos avós é acidental. Ora o que cremos é que, perante esta revolução radical, representada pela emergência dos meios de informação, não é possível continuar a adoptar a atitude moralista que define o comportamento do poder político na sociedade até há algumas dezenas de anos. O que entendo é que uma nova relação entre os meios de informação e o poder político não



foi ainda definida, e é nesse sentido que os nossos esforços se devem orientar prioritariamente. Porque, repare, se isto não for feito, certas perguntas são inevitáveis: bastará aconselhar ou impedir os órgãos de informação de incitarem à guerra, se, em todos os países do mundo, os programas informativos favorecem a capacidade das pessoas terem e possuírem mais do que de serem e viverem? Chegará proibidos de tenderem para posições chauvinistas, se, em todos os países, e isto numa era de compreensão e conhecimento planetário, eles são o principal veículo da particularização regional, nacional, centrando a atenção das pessoas sobre o pequeno canto em que vivem? Será suficiente, para a causa da paz, que, em todos os países do mundo, as histórias de proezas bélicas, de heróis e de violência ocupem uma parte determinante dos programas informati-

vos, nomeadamente na televisão? Chegará levadas a não favorecer o racismo e a discriminação racial, se todos os órgãos de informação continuarem a ignorar os marginais, as minorias sem voz das sociedades em que vivemos, praticando, eles próprios, um tipo de discriminação social evidente? Estas são algumas das perguntas — e tudo isto é fundamental para a causa da paz e da compreensão entre os povos.

EXP. — Posição que acaba por pir em causa os órgãos de informação...

M. L. P. — Não necessariamente. Esta posição implica uma tomada de consciência a ce que os mass media são hoje, um poder tão importante (embora de natureza diferente) como o capital. Mas um poder de facto mais difuso, que implica uma análise e redefinição da sua função na sociedade planetária em que vivemos.

Possibilidades desaproveitadas

EXP. — Falámos já da contribuição de Portugal para os trabalhos da UNESCO. E quanto ao movimento inverso, quais as perspectivas de contribuição da organização para os projectos portugueses?

M. L. P. — Bom, eu devo começar por dizer que o aparelho de Estado português está, neste momento, longe de poder responder às necessidades do país. E digo isto, porque existe um programa da UNESCO que, convenientemente aproveitado, nos poderia dar possibilidades excepcionais de beneficiarmos do contributo da organização, para tarefas que me parecem essenciais, dentro do nosso próprio programa de desenvolvimento.

Basta pegar no programa de actividades da organização para os próximos seis anos, em que encontramos grandes zonas de problemas e de projectos que vão ao encontro de preocupações que devem ser fundamentais dentro de um plano de desenvolvimento intersectorial. Cito, por exemplo, a problemática do desenvolvimento rural integrado. O que é que isto significa? Que seria necessária uma perspectiva global, uma articulação de esforços de todos os departamentos e sectores interessados, no sentido de participar na elaboração e na execução de planos de desenvolvimento rural. E tudo isto, aqui tratado a nível geral, representa dezenas de projectos concretos, que podem ser aplicados. Um outro aspecto: as interações entre a ciência e a sociedade. Não valeria a pena, antes de se enfrentarem certas realizações fundamentais, estudar exaustivamente as suas implicações, numa perspectiva científica?

EXP. — O projecto das centrais nucleares?

M. L. P. — Por exemplo. Mas também o projecto de Sines, que, para mim, está longe de ser

crystalino. Noutro domínio, a acção educativa, para responder às necessidades do indivíduo, não terá hoje que se centrar sobre a educação permanente? Logo, não será a educação de adultos o eixo em torno do qual todo o sistema educativo deve girar? A acção educativa é muito mais do que pegar nas crianças e educá-las linearmente até à idade adulta: a educação sofreu uma transformação radical e o conceito de democratização não pode ser meramente quantitativo. Quais são os grupos que vão definir prioritariamente as grandes áreas do desenvolvimento económico, científico e cultural?

Portanto, e no que se refere aos projectos de colaboração da UNESCO com Portugal, nos próximos dois anos, tudo depende da maneira como as nossas instituições, governativas, culturais, científicas, forem capazes de agarrar neste programa e estabelecer uma prioridade de projectos que, em qualquer caso, deverão ser apresentados até 31 de Dezembro.

EXP. — E parece-lhe que até 31 de Dezembro vão ser apresentados muitos projectos concretos?

M. L. P. — Parece-me que não, e essa tem sido uma das nossas dificuldades nas nossas relações com a UNESCO, pelo menos desde o ano passado. O problema é que as coisas não funcionam a horas...

EXP. — Portugal está, portanto, a desaproveitar grande parte do potencial contributo da organização para o seu próprio desenvolvimento?

M. L. P. — Sem dúvida. E não é pelo facto de termos uma missão permanente, um embaixador e um secretariado permanente em Lisboa que estamos em condições de aproveitar melhor esse contributo. Na realidade, nos não temos qualquer poder executivo. Compreendemos apenas chamar a atenção para certos aspectos e representar o país na organização. Mas não estamos a aproveitar tudo o que nos pode ser dado pela UNESCO, e isto, a meu ver, porque a viragem da mentalidade individualista, sectorial, deste departamento, daquela instituição, ainda não foi alcançada. Um mentalidade verdadeiramente socialista implicaria o abandono dos interesses particulares em favor do colectivo, e, neste aspecto, estamos longe de o ter conseguido.